

RESENHA

TEMPO, TRABALHO E DOMINAÇÃO SOCIAL: Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx.

Moishe Postone

Editora Boitempo, São Paulo, 2014

Recebida em 01 de dezembro
de 2014

Aprovada em 22 de janeiro de
2015

Questões, salvo engano, de uma reinterpretação crítica de Marx

Traduzido para o português e publicado pela editora Boitempo, o livro *Tempo, trabalho e dominação social* de Moishe Postone, lançado em 1993 nos Estados Unidos, constitui uma grata contribuição para reflexão crítica sobre a dinâmica de desenvolvimento da sociedade capitalista. E, ao refletir sobre esse tema em elevado nível lógico abstrato, o autor proporciona, ao longo das três partes que compõem o livro, uma estimulante reflexão sobre um tema que tomou a esfera pública no último ano: a riqueza no capitalismo.

Ao longo das duas primeiras partes do livro, Postone debate um conjunto de interpretações das categorias fundamentais da obra madura de Marx que denomina de “marxismo tradicional”, cujos autores vão dos “economistas marxistas” de Cambridge até a “teoria crítica” em seu último expoente,¹ Jürgen Habermas, de modo a demonstrar que essas interpretações compartilham de um mesmo pressuposto: o trabalho no capitalismo é compreendido somente como atividade mediadora do homem com a natureza. Por causa desse pressuposto, segundo o autor, a especificidade do capitalismo é perdida, e a contradição fundamental subjacente ao desenvolvimento desta sociedade, capaz de permitir a sua superação, é interpretada enquanto a contradição entre “modo industrial de produção” e “distribuição com base no mercado” (pp. 85-6).

HENRIQUE PEREIRA BRAGA

Doutorando em Economia pelo
IE/UNICAMP, bolsista PDSE/
CAPES, University of Chicago/
UNICAMP.

No quadro interpretativo traçado pelos expoentes do marxismo tradicional, a categoria valor e, por isso, a “lei do valor” são pensadas, segundo Postone, como categorias explicativas do modo de regulação da distribuição da produção, cuja lógica cega de distribuição causa a crescente pobreza em meio à crescente riqueza. O modo industrial de produção, por seu turno, é compreendido enquanto progresso técnico legado aos seres humanos pelo desenvolvimento do capitalismo e passível de outra forma de regulação capaz de solucionar esse problema. Essa outra forma de regulação, seguindo o raciocínio, implicaria a abolição da propriedade privada, e o estabelecimento do planejamento econômico centralizado. A proposta de regulação alternativa também é posta em outros termos: a realização do controle da produção industrial ocorreria com o domínio da classe realmente produtiva da sociedade (os trabalhadores), de maneira a tornar as relações sociais “diretas”, ao invés de “indiretas”, e, com isso, a classe realmente produtiva realizaria a si própria. (pp. 140-2)

Na contramão desta interpretação, Postone propõe que a contradição fundamental do capitalismo está localizada na complexa estrutura social subjacente às relações de troca mercantil e de domínio de classe, que tem na especificidade de trabalho no capitalismo o seu cerne. (pp. 18-20)

Para demonstrar essa tese, o autor reinterpreta, ao longo da segunda e terceira partes do livro, a dupla dimensão da mercadoria (valor de uso e valor) e o duplo caráter do trabalho presente na mercadoria (trabalho concreto e trabalho abstrato), afirmando tanto a constituição recíproca desta duplicidade, quanto a restrição desta duplicidade ao modo de produção no qual a riqueza social se apresenta na forma mercadoria. (p. 169)

Como categoria que permite compreender a dinâmica da sociedade capitalista, o valor de uso somente ganha conteúdo com o seu Outro, o valor. Na mesma direção, a categoria trabalho concreto, formador do valor de uso, proporciona a compreensão da estrutura social na qual o seu Outro tem sentido, o trabalho abstrato formador do valor. (pp. 171-2) Por ser dispêndio de trabalho por unidade de tempo, o trabalho abstrato explica o que permite as mercadorias serem equiparadas na troca mercantil e elucida o que a categoria valor captura. O valor apreende, assim, a redução da diversidade de trabalhos formadores das variadas mercadorias à massa de trabalho social despendida na produção destas mercadorias, de modo que a quantidade de trabalho abstrato contida em dada mercadoria não está referida a si mesma, mas sim à quantidade “média” gasta para a sua produção na sociedade. (pp.174-84)

Esse tipo de referência, conforme desenvolve Postone, exige que a riqueza social geral assum-a a forma mercadoria. Para a riqueza social apresentar-se nesta forma, a produção deve estar subsumida a um tipo de ritmo e a um modo de trabalho que não mais obedece, em princípio, ao ritmo da atividade, ou a qualquer comando pessoal, de modo que o trabalho despendido na produção dos valores de uso exige tanto a sua medida por uma unidade de tempo abstrata, constante e sem qualquer referência à qualidade dos produtos, quanto a normatização dos variados processos de produção por essa forma de tempo, coordenando-os pela impessoalidade. (pp. 233-50)

A subsunção do processo de trabalho ao ritmo do “tempo abstrato”, segundo Postone, transforma esse processo em processo de valorização, no qual os produtos do trabalho, por um lado, contam enquanto unidades sociais de tempo de trabalho abstrato e, por outro lado, são o meio para acessar a produção social. A produção crescente de valor, por conseguinte, põe o trabalho enquanto mediador das relações sociais e não somente atividade mediadora do homem com a natureza. Diante desse modo de produção da vida social, a formação capitalista engendra uma dinâmica histórica peculiar, em que tanto os homens quanto a natureza são objetos de um “Sujeito quase-independente”, com movimento quase-autônomo, produzido pela forma como o trabalho é estruturado nesta sociedade: o capital. (pp. 318-28)

A dinâmica histórica particular da sociedade capitalista e o seu Sujeito histórico são expostos por Postone por meio do conceito de “*treadmill effect*”, que ocorre com a grande indústria. Em linhas gerais, por ser todo o dispêndio de trabalho igualado ao tempo de trabalho socialmente necessário, a elevação do mais-valor tem na ampliação da produtividade o único meio de os produtores individuais superarem o imperativo dessa igualação. (pp. 329-35)

Produzir mais mercadorias em menos tempo, de modo a ampliar a riqueza material, significa seguindo essa lógica, reduzir a quantidade de trabalho contida em cada mercadoria. Aquele produtor que consegue produzir abaixo da média social, eleva o mais-valor obtido, pois vende pela média social algo que “custou” abaixo desta média. Entretanto, essa elevação é temporária, pois, à medida que a própria circulação socializa o novo padrão de produtividade, a norma social relativa ao tempo de trabalho necessário à produção da mercadoria é alterada para esse novo “custo” de produção, de modo que a ampliação da produtividade “não muda o valor total do valor produzido por unidade de tempo abstrata, ela [a produtividade] muda a determinação dessa unidade de tempo [...] a hora de trabalho social é constituída pelo nível de produtividade” (p. 332).

Do ponto de vista da produção da riqueza social, há uma expansão da riqueza material correspondente a uma expansão temporária do

valor e, por consequência, a constante ampliação do mais-valor exige a elevação contínua da produtividade. Uma produção deste tipo não possui fim, a despeito de entupir o mundo de produtos e fazer da natureza e dos homens objetos descartáveis. (p. 334)

Em razão da busca incessante por elevada produtividade, são introduzidos ao processo produtivo um conjunto de forças produtivas independentes do dispêndio de trabalho imediato, tornando-o supérfluo do ponto de vista da produção da riqueza material. (p. 297-9) Entretanto, por ser a riqueza social também valor, o processo de trabalho não pode abdicar do trabalho imediato e, com isso, a estrutura fragmentada e repetitiva de trabalho, característica da manufatura, não só é mantida como aprofundada na forma produtiva moderna, a grande indústria. (pp. 376-404)

Sujeitados à condição de objetos do processo produtivo pelo próprio caráter duplo do trabalho no capitalismo, os humanos experimentam uma forma de sociabilidade em que a dominação é gerada pelo fato de o trabalho ser o centro da reprodução da vida social. A saída vislumbrada por Postone, diante desse quadro, está na abolição do papel exercido pelo trabalho no capitalismo, e não somente na forma de distribuição dos produtos gerada pela estrutura produtiva fundada no trabalho. (pp.414-5)

Por se tratar de uma leitura instigante e com conclusões polêmicas, que vão além das con-

clusões principais sumarizadas acima, o livro permite ao leitor questionar diversos aspectos da realidade capitalista assumidos como dados: o trabalho, a riqueza, as relações de produção e de dominação e a transformação tanto do capitalismo quanto para além do capitalismo. E, justamente por permitir tais reflexões à luz da releitura da obra de maturidade de Marx, o livro ganhou traduções para o alemão, japonês, francês, espanhol, e está em vias de ser publicado em chinês e romeno. Não por acaso, também foi objeto de debate da revista *Historical Materialism*, que dedicou, no ano de 2004, um número especial para debater as questões provocativas contidas no livro, à época com dez anos de lançamento. (*Historical Materialism*, 2004)

Com a cuidadosa tradução ora publicada pela Boitempo, a (re)abertura² do diálogo crítico com a obra madura de Marx, com o “marxismo tradicional” e com conceitos centrais para se pensar a sociabilidade contemporânea ganha mais um estímulo. Isso ocorre, principalmente, porque Postone toma a teoria de Marx como uma teoria social crítica, cujo fundamento é a emancipação humana, e, assim, a teoria do capital não pode ser desassociada da teoria da alienação. Essa proposta, vale dizer, reposiciona Marx como um crítico da economia política, ao invés de um economista político crítico, daí a importância de voltar a Marx, desvendando as especificidades da sua crítica.

Bibliografia

CAMARGO, Sílvio. “Teoria crítica e dominação na obra de Moishe Postone”, *Revista Mediações*. Londrina: Mediações, n. 2. pp.118-32, 2013.

DUAYER, Mário. “Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: Crítica do trabalho”, *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro, n. 29, pp. 35-47, 2012.

HISTORICAL MATERIALISM. London: Brill Academic Publishers, v. 12, n. 3, 2004.

MEDEIROS, João L. “Postone contra ou com Lukács? Por uma reinterpretação de Marx”, *Revista Margem Esquerda*. São Paulo: Margem Esquerda, n. 16. pp.75-88, 2011.

Notas

1 Vale destacar que se trata do último expoente da chamada “Teoria Crítica” analisado por Postone. Como é sabido, as reflexões recentes encontram representação nos escritos de Axel Honneth. (Camargo, 2013, p. 119)

2 Embora pouco destacada, as ideias de Postone receberam importantes apreciações críticas no Brasil. A esse respeito, destacam-se os trabalhos de Mário Duayer (2012), João L. Medeiros (2011), Sílvio Camargo (2013).